



4219 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT15 - Educação Especial

Processos de in/exclusão escolar e os desafios da prática docente
Marcia Valéria Cozzani - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

PROCESSOS DE IN/EXCLUSÃO ESCOLAR E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi analisar, através da ação pedagógica de professores/as de educação física nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, o processo de inclusão de alunos/as com deficiência a partir da experiência de professores/as. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas da rede de ensino de uma cidade do interior da BA. Esta pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa e participaram deste estudo onze professoras. O instrumento adotado na pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Através dos eixos norteadores desta pesquisa buscamos: o olhar docente sobre as dimensões de in/exclusão na escola e sobre a prática pedagógica de professores como mecanismo de in/exclusão de pessoas com deficiência. Ainda que se verifique que os relatos dos professores se materializam na busca da superação dos desafios enfrentados pelos alunos com e sem deficiência e pelos próprios professores, percebemos que há insegurança ao tratar deste assunto. Isto se revela nas falas dos docentes que reafirmam práticas pedagógicas normativas as quais marcam o contexto escolar de inclusão com ações e espaços de exclusão.

Palavras-Chave: in/exclusão, prática pedagógica, educação básica

PROCESSOS DE IN/EXCLUSÃO ESCOLAR E DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE

I. INTRODUÇÃO

As políticas educacionais para as pessoas com deficiência geraram dados estatísticos positivos entre 2000 e 2010 e também o reconhecimento de que as pessoas que são alvo da política pública, agora, pertencem àquele grupo de pessoas consideradas socialmente "incluídas". Neste ponto destacamos o interesse em marcar o binômio in/exclusão, como termos que se complementam, dada a complexidade em se referir às pessoas com deficiência como pessoas que estão plenamente incluídas no processo educacional, como, por exemplo, na escola. É preciso, portanto, reconhecer que é cada vez mais difícil reconhecer os processos de exclusão e de inclusão porque nem sempre as condições que separam quem está incluído ou excluído na escola estão evidentes.

Considerando a necessidade de ir além de entendimentos binários que opõem a inclusão da exclusão, Lopes e Fabris (2013) propõem o termo *in/exclusão* como uma forma de enfatizar a complementaridade e a interdependência destas dimensões na caracterização daquelas pessoas que, mesmo vivendo em situação de discriminação, não são apontadas como excluídas. Segundo Lopes e Fabris (2013, p. 74) "in/excluídos passa a ser um conceito que abrange tipos humanos diversos que vivem sob variadas condições, mas que carregam consigo uma história de discriminação negativa". A trajetória escolar de pessoas com deficiência é marcada pelo lento processo de inclusão e pelo imperativo do Estado e da lei como estratégia contemporânea para fazer regular o princípio de educação para todos.

Neste contexto, colocamos em suspeita as estratégias de inclusão na escola como modo de problematizar as práticas pedagógicas normativas às pessoas com deficiência tendo como foco as aulas de Educação Física. Práticas pedagógicas normativas são aquelas que se orientam em torno de uma suposta normalidade do sujeito a partir da construção histórica de uma alteridade deficiente. Nos espaços escolares ainda são comuns as práticas de ensino que encobrem as diferenças dos sujeitos ou marcam estas diferenças como um atributo negativo.

Nesse sentido perguntamos: o contexto escolar no qual as políticas educacionais para pessoas com deficiência são discutidas e se materializam reforça a fixação de uma alteridade deficiente? Essa é uma questão para problematizarmos as condições de efetivação das políticas educacionais para as pessoas com deficiência na escola e quais experiências de inclusão de fato, estão ocorrendo nas escolas com estudantes com deficiência.

Ainda há nas escolas um apeço pela norma, pelo padrão, artificialmente construídos e mobilizados nos currículos escolares, nas metodologias de ensino e nas avaliações escolares. Assim, buscamos compreender qual a realidade do processo de inclusão nas escolas

de um município do interior da Bahia com cerca de 130 pessoas com deficiência regularmente matriculadas na educação básica desde a educação infantil até o ensino médio.

A partir deste contexto inicial a questão central desta pesquisa foi compreender como os/as professores/as de educação física que atuam no ensino fundamental de escolas públicas de uma cidade do interior da Bahia realizam a inclusão de alunos com deficiência nas aulas. O objetivo geral da pesquisa foi analisar, através da ação pedagógica de professores/as de educação física nas séries iniciais e finais do ensino fundamental, o processo de inclusão de alunos/as com deficiência a partir da experiência de professores/as. A pesquisa foi realizada em duas escolas públicas da rede de ensino de uma cidade do interior da BA.

II. METODOLOGIA

Esta pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa e participaram deste estudo onze professoras. Destas, três professoras com graduação em Licenciatura em Educação Física que atuavam nas séries finais do ensino fundamental e oito professoras com graduação em Pedagogia. O instrumento adotado na pesquisa foi a entrevista semiestruturada. Através dos eixos norteadores desta pesquisa buscamos: o olhar docente sobre as dimensões de in/exclusão na escola e sobre a prática pedagógica de professores como mecanismo de in/exclusão de pessoas com deficiência. Apresentamos os dados sobre quais estratégias e recursos pedagógicos são utilizados para incluir alunos com deficiência e para garantir o processo de aprendizagem.

III. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O olhar dos/das professores/as sobre as dimensões de in/exclusão na escola.

Iniciamos esta categoria com os relatos dos/as professores/as sobre suas experiências no ambiente escolar e como percebem o processo de in/exclusão de alunos com deficiência.

A escola que eu trabalho existe tanto o processo de inclusão por algumas iniciativas como se constituem como espaços um pouco excludentes. Se a gente pensar as questões de acessibilidade da escola, deixa a desejar [...] (PROFESSOR A, 2017).

Sim, existe a falsa inclusão que é a inclusão que está por lei, mas de uma forma de inclusão que é excludente. Os alunos eles vem pra escola, estão inclusos na sociedade, mas na verdade eles não têm condições mínimas de ter uma educação com o mesmo direito que todos os alunos têm [...] por mais que a gente tente fazer um trabalho diferenciado, temos salas muito cheias. (PROFESSORA B, 2017).

Sim, a escola se vê obrigada a matricular esse aluno na sua rede de ensino, mas a gente não para e pensa, como é que esta esse aluno na escola? A escola está preparada pra receber esse aluno? O profissional está preparado pra dar aula a esse aluno? (PROFESSORA C, 2017).

Percebemos nos relatos dos/as professores/as que as dimensões de inclusão e exclusão estão presentes na escola e são percebidas pelos professores. O processo de inclusão escolar é identificado mais como imperativo legal através do direito à matrícula do que refletido em iniciativas pedagógicas que atendam ao processo de aprendizagem de pessoas com deficiência incluídas na educação básica. Nesse sentido, a lei contribui para que o processo de inclusão se inicie, mas torna-se insuficiente se as mudanças mais profundas que implicam no currículo escolar e em mudanças das práticas de ensino, não forem tratadas e debatidas a partir de uma reflexão crítica sobre o direito às diferenças dos sujeitos escolares bem como de suas representações no contexto escolar e social.

Outro aspecto apontado pelos professores refere-se às dificuldades em relação às condições de trabalho. A professora B, relata que turmas numerosas são um problema para o ensino com uma maior atenção aos alunos. A professora C questiona se a escola e os professores estão preparados para receber alunos com deficiência, ao mesmo tempo em que compreende que o acesso destes alunos é um direito. De fato, se a escola ainda não se preparou para receber alunos com deficiência e, tampouco os professores, é preciso reconhecer que essa situação reflete um contexto histórico de exclusão de pessoas com deficiência na sociedade e nas escolas.

Buscou-se compreender por meio dos relatos dos professores/as da disciplina de Educação Física, como as dimensões de in/exclusão são percebidas nas aulas com alunos/as que tenham alguma deficiência e se ali se configuram espaços de in/exclusão.

[...] agente tem criar adaptações dentro das aulas, geralmente eu faço isso, crio desafios diferentes, saio um pouco do tradicional para que esse aluno se sinta um pouco mais contemplado[...] (PROFESSOR A, 2017).

É possível verificar no relato do professor a preocupação com a inclusão do aluno com deficiência quando procura desenvolver adaptações no processo de ensino. Porém, nos chama a atenção a frase "saio um pouco do tradicional para que esse aluno se sinta um pouco mais contemplado". O que significa sair do tradicional? Este termo sugere que o professor, através das adaptações, busca romper com as orientações pedagógicas normativas, ou que circulam em torno da norma de corpo no ensino dos conteúdos da Educação Física na escola. Como seria ensinar um conteúdo de esportes em uma aula prática para um aluno com diferenças de mobilidade ou com deficiência física? Ou para um aluno cego? Voltamos a problematizar a prática pedagógica normativa, àquela que ensina a um tipo de aluno/sujeito escolar que corresponde a um padrão corporal construído socialmente e historicamente e, ao mesmo tempo, excluem tantos outros sujeitos escolares que fogem à norma. Assim é preciso repensar os sentidos dados à inclusão e identificar processos de in/exclusão de pessoas com deficiência a partir das práticas pedagógicas.

A prática pedagógica do/da professor/a de educação física como espaço de in/exclusão.

Nesta categoria discutimos a compreensão e o conhecimento dos professores em relação à prática pedagógica como espaço de in/exclusão nas aulas de Educação Física. Os professores mostraram-se engajados ao processo de inclusão, apesar de relatarem grandes dificuldades entre as quais, o espaço físico restrito e inacessível e a falta de apoio pedagógico.

Eu tento a questão da avaliação mudar um pouco, estou tendo uma dificuldade maior com um aluno da tarde, ele tem deficiência física, estou trabalhando na aula atletismo com ele, é arremesso de peso eu tive que fazer um peso mais leve, e que tivesse uma alcinha que fizesse encaixar no pé e arremessar, porque ele não tem os braços só às pernas. (PROFESSORA B, 2017).

[...] vamos falar de conteúdos gerais da Educação Física, tem o monopólio daqueles esportes os quatro bool, quebrar isso no início é muito difícil, os alunos têm aquela tendência de querer jogar do jeito que é institucionalizado. Aí tem na sala alunos com deficiência, alguns já se sentem excluídos por se sentirem assim, meio que deixado de lado pelos colegas [...] (PROFESSORA C, 2017).

A partir dos relatos nos trechos dessas falas percebemos que o processo de in/exclusão atravessa à experiência dos alunos nas aulas de Educação Física como também as experiências dos docentes. Desde a seleção dos conteúdos, aos recursos estruturais e materiais é possível perceber que a diferença entre os alunos faz com que o professor se sinta desafiado a modificar sua prática pedagógica. Fiorini e Manzini (2012, p.4) afirmam que a "inclusão compreende toda a rede de ações, relações, atividades e recursos empregados para o desenvolvimento da inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) no ensino regular". Foi relatada pela professora C sobre a resistência dos alunos quando se trata de conteúdos esportivos.

Convencer e/ou conscientizar aos demais alunos para uma nova experiência e reconhecer novas possibilidades de ver e sentir o mundo, ainda torna-se uma barreira. O contexto da disciplina de educação física como relação de espaço para in/exclusão foi vista pelos professores de diferentes formas. A professora B buscou recursos que possibilitasse o aluno com deficiência física experimentar a atividade proposta na aula. Sobre esses desafios que os professores relataram Veiga Neto (2011) reforça dizendo que:

Se parece mais difícil ensinar em classes inclusivas, classes que os chamados normais estão misturados com os chamados anormais não é tanto porque seus níveis cognitivos são diferentes, mas, antes, porque a própria lógica de dividir os estudantes em classe foi um arranjo inventado para, justamente, colocar em ação a norma, através de um crescente e persistente movimento de, separando o normal do anormal, marcar a distinção entre normalidade e anormalidade (VEIGA NETO, 2011, p.25).

Ainda que se verifique que os relatos dos professores se materializam na busca da superação dos desafios enfrentados pelos alunos com e sem deficiência e pelos próprios professores, percebemos que há insegurança ao tratar deste assunto. Isto se revela nas falas dos docentes que reafirmam práticas pedagógicas normativas as quais marcam o contexto escolar de inclusão com ações e espaços de exclusão. A escola como espaço social deve re/pensar às ações e práticas pedagógicas que, mesmo com todos os aparatos legais que legitimam a entrada das pessoas com deficiência, revelam-se excludentes.

Referências

LOPES, M.C.; FABRIS, E H. **Inclusão e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão, exclusão, in/exclusão. In: **Verve**, v 20, 121-135, 2011.

FIORINI, M. L.S; MANZINI, E. J. . Dificuldades dos professores de educação física diante da inclusão educacional de alunos com deficiência. [Trabalho completo]. Em: **V Congresso Brasileiro de Educação Especial** (p.1-12). São Carlos: Abapee, 2012.